

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • Publicação Bimestral • 150\$ • Nov/Dez. 96 • N.º 27

EDITORIAL

Tempo de festa tempo de reflexão

As iniciativas levadas a efeito pela classe nos últimos dois meses são uma indelével prova da maturidade democrática que o nosso regime atingiu e é, simultaneamente, a prova de que a não resolução dos problemas, de elementares injustiças, persiste.

Temos de saudar a primeira!

Temos de criticar a segunda!

"As leis mal feitas constituem a pior forma de tirania" (Edmund Burke)

Estamos na época do Natal e da celebração do início de um Ano Novo. São sempre momentos de algum recolhimento, de convívio familiar.

A todos os sargentos e suas famílias, a todos os que conosco têm partilhado a materialização do projecto associativo chamado ANS, a todos os que têm para com a nossa luta manifestado solidariedade, endereçamos os nossos mais sinceros votos de Boas Festas.

Mas, a luta pela justiça é também festa. Festa da consciência cívica, festa do exercício de direitos que fazem o ser humano dignificar-se.

As comemorações do 31 de Janeiro aproximam-se — dia 1 de Fevereiro na Voz do Operário e noutros pontos do país.

Vamos também estar presentes nesta festa, para discutir os nossos problemas e prosseguir o caminho da dignificação.

AINDA O NSR

TARDA A SOLUÇÃO!

Págs. CENTRAIS



Suplemento de Residência

Requisitos para aquisição do direito

Pág. 5

Comemorações do 31 de Janeiro

Pág. 3

Estatutos dos Militares em Missões Fora do Território Nacional

Foi publicado no Diário da República, no dia 13 de Dezembro, o Decreto-Lei 238/96 — Estatuto dos Militares em Acções de Cooperação Técnico-Militar em Território Estrangeiro, e a 7 de Dezembro, o DL 233/96 — Estatuto dos Militares em Missões Humanitárias e de Paz no Estrangeiro.

Estes dois Estatutos, cuja impor-

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA ANS

Apelo

Camarada, apesar de a luta pelo reconhecimento da nossa Associação já estar numa fase avançada, não deves delegar nos seus dirigentes essa tarefa que também é tua, como também não será suficientemente forte para conseguir aqueles objectivos se não conseguirmos de ti alguma participação.

Esta participação pode ser dada por variadíssimas formas, das quais podemos destacar:

- divulgando as nossas iniciativas;
- facilitando contactos de forma que a ANS chegue até ao local onde estás;
- escrevendo artigos para o nosso jornal;
- angariando novos sócios.

Sem querermos ser exaustivos, pois tu também terás as tuas ideias e iniciativas, não podemos esquecer a componente financeira para a qual podes contribuir actualizando o pagamento das quotas em atraso, pois continuamos com dificuldades na cobrança daquelas, facilitando o seu pagamento através de conta bancária.

Para todas as tuas interrogações e dúvidas a nossa disponibilidade é permanente. Teremos todo o prazer em que nos contactes, contribuindo com esses teu gesto para o engrandecimento da NOSSA ANS.

NÃO HESITES. CONTACTA-NOS! O nosso número de fax é: 815 49 58, o número do telefone: 815 49 66, e até temos um atendedor de chamadas!



tância é por demais evidente, já que vêm regulamentar as normas de nomeação, suplemento de missão, alojamento, fardamento e alimentação, assistência na doença, protecção social, acidentes e doenças, licença especial, privilégios e imunidades, participação na missão e tempo de serviço, vinha há cerca de dois anos a serem reivindicados pela ANS, tendo esta Associação apresentado ao MDN algumas propostas para a sua elaboração, para além de, em Setembro passado, ter sido chamada pelo MDN a pronunciar-se sobre esta matéria, como

noticiámos no último número de "O Sargento".

Podemos, por isso, com toda a legitimidade, considerar que os Estatutos em questão vêm proporcionar pontos de referência indispensáveis, constituindo um passo importante no reconhecimento e consolidação de direitos fundamentais dos militares.

Não podemos, contudo, deixar de apontar algumas insuficiências que julgamos enformar estes diplomas:

1. Continua sem merecer o cuidado que se julga necessário a definição de regras que permitam estabele-

lecer inequivocamente o nexo de causalidade entre doença e serviço nos casos em que os militares venham a padecer de DPTS — "stress" de guerra.

2. O acréscimo de tempo de serviço previsto no artº 11º do DL 233/96 e no artº 12º do DL 238/96, parecem-nos insuficientes tendo em consideração o tipo de missões e manifestamente inferiores ao que estipulava o DL nº 28 404 de 1937.

3. O nº 3 do artº 3º e o nº 3 do artº 7º dos DL 233/96 e 238/96, respectivamente, definem que o valor do suplemento de missão não pode ser inferior a metade do valor fixado para ajudas de custo no estrangeiro para os mesmos postos e categorias, o que, para além de vir a defraudar algumas expectativas face ao que até aqui tem sido aplicado (70%), pode criar situações de redução do valor do suplemento de missões para missões iguais, no mesmo local e proventura de maior risco e penosidade.

4. Ambos os diplomas não consagram qualquer tipo de apoio aos familiares dos militares quando no cumprimento deste tipo de missões, como pretendido pela ANS, esta porventura a sua maior lacuna.

ANS recebida em audiências

A Comissão Parlamentar de Defesa e a Casa Militar da Presidência da República receberam, no passado mês de Outubro, a ANS em audiências solicitadas por esta associação.

Junto da Casa Militar da Presidência da República, a ANS informou dos passos e iniciativas levadas a cabo para a resolução dos problemas levantados pelo NSR, demonstrando, por outro lado, a nossa insatisfação pelo protelar das soluções tendentes à eliminação das injustiças existentes.

Na Comissão Parlamentar de Defesa foi feito o ponto da situação relativamente aos documentos que a ANS tinha entregue até à data, sendo-nos dado a conhecer, pelo respectivo presidente, que estava em vias de conclusão o parecer final a aprovar por esta Comissão e que, segundo nos foi afirmado, apontava para a recomendação do governo para legislar no sentido de corrigir as injustiças existentes, tendo, ainda, a Comissão assumido o compromisso de usar a sua influência e competência junto do governo sensibilizando-o para a resolução das injustiças.

Em ambas as audiências, a ANS deu a conhecer o despacho do ministro das Finanças à recomendação feita pelo Provedor de Justiça sobre o pagamento das quotas para a Caixa Geral de Aposentações, realçando a nossa concordância com a recomendação da Provedoria de Justiça e a total e inequívoca discordância que nos merece tal despacho, por injusto e desadequado.

Militares concertam estratégias

As Associações de militares têm vindo a reunir-se formal e periodicamente, tendo em vista a identificação e procura de soluções para preocupações que lhes sejam comuns.

Até ao momento, a ANS, AOFA (Associação de Oficiais das Forças Armadas) e ASMIR (Associação de Militares na Reserva e na Reforma) debateram, no essencial as questões relacionadas com:

- as dificuldades do IASFA (Instituto de Acção Social das Forças Armadas) na obtenção de instalações que lhe permita alargar a sua acção;
- os estatutos dos militares envolvidos em missões humanitárias ou de paz e na cooperação técnico-militar;

— a Convenção da ONU sobre Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado e a necessária e urgente ratificação, pelo Estado Português, deste importante

documento.

Na sequência destas reuniões, as associações deram conta das suas preocupações sobre o que parecia ser alguma falta de entendimento para a necessidade do IASFA estender a sua actividade a outras zonas do país.

Salienta-se com agrado que o MDN terá determinado colocar à disposição do IASFA a antiga Messe de Tomar.

Forças Armadas - Que futuro?

No mês de Janeiro, a AOFA vai promover um debate subordinado ao tema "Forças Armadas - Que Futuro?", a partir de duas intervenções iniciais, a cargo de um oficial general e de um jornalista.

Oportunamente serão divulgados o local, data e hora em que o debate se vai realizar.

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos

Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 91 - 1.º Esq. 1900 Lisboa
Tel. 815 49 66 - Fax: 815 49 58

Apoio redactorial, Grafismo, Paginação Electrónica e Produção: António Amaral
Tel./Fax: 273 19 91

Fotolito e Impressão: Heska Portuguesa
Tiragem: 3 500 ex.

Depósito Legal: 48582/91

Registo na DGCS: 115109

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

Quotas devidas por tempo de serviço

O Provedor de Justiça, Dr. Menéres Pimentel, recebeu em audiência, no dia 12 de Novembro, uma delegação da ANS, a pedido desta associação, com o objectivo de informar a Provedoria da situação em que se encontram os problemas referentes à aplicação do NSR e, fundamentalmente, sobre o despacho do ministro das Finanças à recomendação feita para solucionar o escandaloso sistema de cálculo das quotas devidas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) por tempo de serviço a que não corresponde o direito à inscrição naquela Caixa.

Sobre esta matéria, e devido à sua importância passamos a relatá-la com objectividade, começando pela recomendação Nº 14/B/96 da Provedoria de Justiça.

"Encontram-se pendentes na Provedoria de Justiça numerosas queixas sobre o critério que actualmente preside ao cálculo das quotas devidas para a Caixa Geral de Aposentações por tempo de serviço a que não corresponda o direito de inscrição naquela Caixa.

"Analisadas as situações que estão na origem das reclamações apresentadas, é manifesto que o montante das dívidas apuradas para efeitos de regularização do pagamento de quotas atinge montantes elevados, claramente desproporcionados face aos períodos de tempo a que se reportam e aos valores das remunerações então vigentes.

"A circunstância de haver, normalmente, grande desfaseamento temporal entre os períodos contados como tempo a acrescer ao de subscritor e o facto de o regime do artigo 13º nº 3 que se lhes aplica não admitir quaisquer factores correctivos que tenham em conta essa mesma realidade, não pode deixar de conduzir a resultados injustos cuja ponderação se impõe.

"Um primeiro aspecto que importa reter é o de que o regime do nº 3 do artigo 13º do Estatuto de Aposentações (à excepção das situações do artigo 14º) é aplicável em todos os casos em que, nos termos do artº 25º, há lugar a contagem de tempo de serviço a que não corresponde o direito de inscrição na Caixa Geral de Aposentações. Relativamente a esse tempo não tinham os interessados a possibilidade de regularizarem atempadamente o pagamento das quotas respectivas, pelo que a solução de sujeitar o seu pagamento aos vencimentos actuais parece manifestamente desproporcionada e desajustada à realidade que lhe é subjacente.

"E isto porque a prestação do serviço militar obrigatório decorre de um imperativo de ordem constitucional e legal que confere ao cidadão a garantia de não ser prejudicado (nomeadamente nos seus benefícios sociais) em virtude do seu cumprimento, garantindo-se o direito à contagem do tempo correspondente para efeitos de aposentação ou reforma (vid. artigo 276º da C.R.P. e artigo 34º da Lei nº 30/87, de 7 de Julho).

"Este princípio teve adequado acolhimento no regime de segurança social privado, na medida em que aos seus beneficiários é permitida a contagem retroactiva do tempo de serviço militar obrigatório, sem qualquer encargo, usufruindo aqueles, nessa situação, do regime de equivalência à entrada de contribuições.

"Há, assim, em relação ao regime de contagem do tempo de serviço militar obrigatório manifesta desigualdade entre os beneficiários do regime da segurança social do sector privado e os do regime da função pública, que o critério vigente veio a agravar ao mandar atender, para efeitos dessa con-



tagem, às remunerações auferidas à data do respectivo pedido.

"De facto, parece difícil sustentar essa evidente discriminação quando nem a Constituição nem a Lei permitem qualquer distinção em razão do sector de actividade ou de regime de protecção social em que se integra o trabalhador.

"Neste contexto, ao abrigo do disposto no artigo 20º, nº 1, al. a) da lei nº 9/91, de 9 de Abril recomendo a V. Excelência, o seguinte:

a) Que sejam emitidas as necessárias providências legislativas visando a alteração da actual forma de pagamento de quotas prevista no artigo 13º nº 3 do Estatuto da Aposentações, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro, devidas por tempo de serviço que não confira direito a inscrição na CGA.

Sem prejuízo de outros critérios que se revelem mais adequados ao fim em vista, a alteração daquela norma legal poderia, eventualmente, passar pela reposição do regime estabelecido pelo Decreto-Lei nº 191-A/79, de 25 de Junho.

b) Que sejam tomadas em devida conta as razões que, em relação à contagem do tempo de serviço militar obrigatório, apontam para a sua autonomia legislativa, garantindo-se a aplicação do regime mais favorável que vigora para os trabalhadores abrangidos pelo regime geral da segurança social.

Recomendação que mere-

ceu o seguinte despacho do ministro das Finanças:

"A recomendação visa promover a correcção de actos injustos, na óptica de Sua Exc. o Provedor, ou, talvez melhor, pretende suscitar uma alteração legislativa nos termos das als. a) e b) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 9/91, de 9/4.

"Salvo o devido respeito, que é muito, não me parece de promover qualquer alteração legislativa no sentido proposto, pelas razões bem desenvolvidas no parecer da Caixa Geral de Aposentações, que se enviara em anexo ao presente Despacho.

"Compreendo — e compartilho — a vontade de beneficiar ao máximo os contribuintes/pensionistas e uma lógica de tendencial imputação das contribuições ao nível e ao momento dos rendimentos a que dizem respeito.

"Todavia, existiria também alguma injustiça relativa e algum 'prémio ao atraso' na adopção do critério sugerido pela Recomendação (pois quem paga mais tarde fá-lo sem juros nem compensação da inflação).

"Releva decisivamente, por outro lado, a diferente lógica do sistema de pensões da Caixa Geral de Aposentações e o da Segurança Social do sector privado; no primeiro, a pensão de aposentação é calculada com base em 100% da última remuneração líquida, ao passo que no segundo a sua fixação assenta na média das remunerações

auferidas pelo beneficiário num longo período de tempo. No primeiro sistema tem lógica e justiça que a base de cálculo das quotas em atraso seja, como é, a mesma das pensões, o que já não sucederia no segundo.

"Sobretudo, importa não esquecer que o sistema e as pensões da Caixa Geral de Aposentações são altamente privilegiados, em termos relativos, se os confrontarmos com os regimes e as pensões da Segurança Social Geral; e que o da Caixa Geral de Aposentações é mais largamente suportado pelos impostos do que a segurança social. De cada vez que agravamos a situação financeira da CGA e/ou favorecemos mais os respectivos beneficiários, estamos — num sistema nacional de cobertura de riscos sociais que carece de ser gerido com a máxima capacidade de previsão, na sua eficiência económica, na justiça social e nas exigências da solidariedade — a agravar os desequilíbrios sociais, numa tripla vertente: maior inviabilidade financeira, a curto e longo prazo; mais injustiça na relação contribuintes-pensionistas (e, sem justiça, a solidariedade não subsiste); maior injustiça no confronto entre os pensionistas dos dois sistemas.

"Por tudo isso lamento não poder dar seguimento à recomendação."

Resultou desta audiência o compromisso da Provedoria de Justiça de continuar as diligências junto do governo para correcção desta injustiça.

Comemorações do 31 de Janeiro Dia Nacional do Sargento

No próximo dia 1 de Fevereiro de 1997, a ANS levará a efeito, na Voz do Operário, em Lisboa, pelas 10 horas, as comemorações da Revolta levada a cabo pela guarnição militar do Porto, em 31 de Janeiro de 1891, que tinha como objectivo implantar a República destronando de vez o regime monárquico que então vigorava.

Regime esse que, demonstrando enorme falta de coragem e de patriotismo, se tinha vergado ao ultimato declarado pelo governo

britânico, na célebre crise do "Mapa Cor de Rosa".

Contra todos os medos e traíções, os Sargentos da guarnição militar do Porto decidiram levar por diante tomando nas suas mãos a direcção e comando da Revolta, procurando, deste modo, resgatar a dignidade do povo português não defendida pelo regime monárquico.

A Revolta acabou derrotada e esmagada pela força, mas deixou no horizonte o caminho da recuperação da dignidade perdida, o que veio a acontecer 14 anos mais tarde

com a implantação da República.

É este acto heróico, generoso e patriótico que, anualmente e há 20 anos sem interrupção, os Sargentos comemoram, não de uma forma passadista, mas lembrando esse passado glorioso perspectivando o futuro.

E é isso que, mais uma vez, iremos fazer, quer em Lisboa, como no Porto, Entroncamento, Ponta Delgada, Viseu, Chaves, Vila Real e em todos os lugares onde se encontrem Sargentos.

As comemorações em Lisboa,

como é tradicional, constarão de uma sessão de debate dos problemas que nos afectam enquanto classe, debate esse para o qual serão convidados todos os órgãos de soberania e chefias militares, e de um almoço-convívio.

Sendo o teu dia — Dia Nacional do Sargento — dá-lhe conteúdo contribuindo com o teu empenhamento, saber e experiência.

Comparece!

Saibamos ser dignos dos heróis de 1891.

NOVO SISTEMA RETRIBUTIVO

Tarda a solução!!!

MAIS DE 800 SARGENTOS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO DIA 14 DE NOVEMBRO

Quando no número anterior de "O Sargento" escrevemos o artigo intitulado "O NSR e o direito à indignação", não o fizemos para levantar tempestades nem tão pouco para amedrontar fosse quem fosse. Fizemo-lo porque era esse — e continua a sê-lo — o estado de espírito de toda uma classe que se sente injustiçada, que sente que as perspectivas criadas por este governo na resolução das injustiças e discrepâncias provocadas pelo DL 80/95 se vão esfumando, dando lugar, por isso mesmo, à desilusão, indignação, quiçá, mesmo, à revolta.

Foi esse sentimento que a classe quis demonstrar ao poder político, quando, no passado dia 14 de Novembro, mais de 800 sargentos fardados compareceram na Assembleia da República para assistir ao debate do Orçamento do Estado.

Aqui e agora, não é demais realçar a dignidade com que foi feita e levada a cabo esta iniciativa, a serenidade, o respeito pela instituição que servimos com denodo e lealdade, a auto-disciplina patenteada em tão nobre local, onde reside o mais importante pilar do nosso regime democrático.

Tem sido nosso apanágio não aceitar que as dificuldades possam legitimar ou justificar a não resolução dos problemas e, por força de razão, as injustiças — senão, como era possível ousar em 1989 criar uma associação de classe?

E, porque a razão está do nosso lado, não desistimos. Acreditamos no diálogo como caminho para a resolução dos problemas, por ele nos temos batido e continuaremos a bater-nos, temos garantias que o ministro da Defesa, dr. António Vitorino nos receberá no princípio de 1997, estamos confiantes que do diálogo resultará a via que há-de levar à resolução deste gravíssimo problema.

Estamos convictos que protelar a solução só conduzirá para a radicalização do problema, para o descrédito das instituições, para a negação do maior dos bens — a Democracia —, para alimentar todos aqueles que, com intuítos inconfessáveis, vêm a terreno com propostas e iniciativas irresponsáveis.

É importante que cada uma das partes envolvidas demonstre, na prática, a vontade expressa de dialogar, que demonstre abertura, serenidade e vontade de encontrar soluções.

Sempre fomos, somos e seremos fiéis à nossa divisa "Quão difícil nos temos movido".

Audiências

Desde 30 de Outubro, a ANS foi recebida pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, pela



14 DE NOVEMBRO Um dia a não esquecer

É um pouco emocionado que dirijo esta carta aos leitores de "O Sargento".

Estive na Assembleia da República, no fim de tarde do dia 14 de Novembro, a assistir à discussão do Orçamento do Estado para 1997. Cheguei cedo e nem me apercebi, de início, que as galerias se enchiam de 1º Sargentos a rigor fardados.

Senti uma enorme emoção, pois, sendo sargento com mais de 60 anos de idade e tendo assistido, desde o 25 de Abril, à rota de dignidade que a classe a si impôs, nunca tinha assistido a tamanho acto democrático. Mais emoção senti quando soube que na rua, à espera para entrarem, estavam mais algumas centenas de sargentos. Desci e isso mesmo verifiquei.

Os valores da ética devem suscitar nuns o não abdicar do que for justo e correcto. E, noutros, o não tornar os outros injustiçados.

Obrigado, camaradas, por me terem permitido assistir a tal evento, do qual jámais esquecerei enquanto me for permitido sentir o sol.

Armando Parreira
Director de "O Sargento"

Comissão Parlamentar de Defesa e pelo Provedor de Justiça.

Em todas as audiências a ANS fez sentir que é incompreendível e inaceitável que se reconheça a injustiça provocada pelo DL 80/95 e nada se faça para a resolver; que a não resolução do problema é um atentado à nossa dignidade e que as dificuldades de solução jamais podem legitimar a continuação desta injustiça; e, que a ANS continua disponível para colaborar na resolução deste e de outros problemas que afectam a classe.

As entidades que nos receberam mostraram-se sensibilizadas para o problema e afirmaram que iriam enviar esforços no sentido da sua resolução.

Não pode servir de desculpa para o protelar da resolução dizer que o problema foi herdado do governo anterior, pois, ao que sabemos, o Director Geral de Pessoal do MDN e as pessoas que dele dependem neste assunto, são as mesmas.

Sendo a ANS a única entidade, reconhecidamente, com legitimidade de diálogo com o poder político, nos assuntos que aos sargentos dizem respeito, tendo, inclusivamente, sido iniciada uma via de consulta entre

nós e o governo, estranhámos e lamentámos que sobre esta matéria os vários pedidos de audiência formulados não tenham tido qualquer resposta por parte do MDN. A continuar esta postura por parte do MDN seria o pior que poderia acontecer, porque teria como efeito o desacreditar das vias institucionais como forma de resolução dos problemas, abrindo-se desta forma caminho a todo o tipo de "manifestos" e à radicalização sem controlo dos problemas.

Neste momento é importante que cada uma das partes envolvidas assumas as suas responsabilidades. Nós assumimos as nossas.

Unidos e determinados, continuaremos a defender com firmeza e intransigência os nossos direitos.

Jamais poderemos permitir que se ponha em causa a união dos sargentos e a sua confiança nas estruturas que os representam através de manobras pouco claras e não identificadas.

Comunicado da Comissão Permanente de Ramo da Força Aérea

A Comissão Permanente de Ramo da Força Aérea (CPRFA), estrutura

da ANS, emitiu um comunicado a propósito de um "Manifesto aos Sargentos da Força Aérea" e fez, também, o ponto da situação sobre o NSR. Transcrevemos, a seguir, a posição sobre o referido "manifesto".

No dia 28NOV96, começou a circular pelas unidades da Força Aérea um "Manifesto" que propõe, após alguns comentários sobre o NSR, que todos os Sargentos metam parte de doente durante o dia 10DEZ96.

No mesmo dia surgiu um recado, no atendedor de chamadas da ANS, da parte do sr. Carlos Varela, jornalista do "Correio da Manhã, pedindo-nos que o contactássemos. Essa mensagem só foi ouvida após as horas normais de serviço (os elementos da ANS estão todos no activo) e quando foi feito o contacto com o jornal, o jornalista já não se encontrava, nem se encontrava ninguém relacionado com a edição de defesa.

No dia seguinte, surge no referido jornal um artigo sobre o "Manifesto" em que as posições expressas nada têm a ver com a ANS nem com a CPRFA. Este documento merece os seguintes comentários:

1. A proposta de meter parte de doente não é subscrita pela CPRFA, pois trata-se de uma medida inadequada para resolver a situação. Não é altura de a classe tomar medidas deste tipo.

2. O aparecimento de iniciativas deste tipo (documentos anónimos coordenados com notícias de jornais) provoca-nos grande desconfiança, pois em face do descontentamento e exaltação existentes na classe de sargentos, podem provocar a desunião, querem provocar a acção a qualquer custo e esvaziar todos os esforços que estão a ser desenvolvidos pelas organizações representativas da classe, o que iria fazer o processo voltar atrás.

3. Qualquer iniciativa a ser tomada pela ANS ou pela CPRFA será sempre perfeitamente identificada.

4. No caso de surgirem algumas dúvidas quanto a alguma iniciativa consulta os elementos da CPRFA da tua unidade, ou, em alternativa, a ANS.

Estatut

O Despacho 21/MDN/96 determinava, no seu item 26, "reabrir o processo de revisão do EMFAR à luz da directiva específica sobre a matéria, e tendo em conta todas as críticas formuladas ao diploma vigente que sejam do conhecimento do Ministério". Propósito que tinha como horizonte temporal Outubro de 1996.

Para além das críticas que a ANS tem vindo a fazer a este diploma promulgado pelo DL 34-A/90, as quais atempadamente o MDN teve conhecimento, decidiu

a Direcção conjunta do tro do F definido por EMFAR, e diz respeito Deveres e Formação e Licenças cursos e Fardamei movam u mais equi No docu

Suplemento de Residência

Requisitos para aquisição do direito: Dec. Lei nº 172/94, de 25.6, com alterações introduzidas pelo Dec. Lei nº 60/95, de 7.4

1 — Na presente análise apenas se mostra interesse na abordagem do direito ao suplemento de residência, de ora em diante apenas designado suplemento, nomeadamente o esclarecimento dos requisitos legais para a aquisição deste direito.

Nos termos conjugados das disposições dos artigos 1º e 2º do Dec. Lei nº 172/94, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Dec. Lei nº 60/95, de 7 de Abril, os "militares das Forças Armadas dos quadros permanentes na efectividade de serviço", quando colocados em local distanciado de mais de 30 Km dos limites do concelho onde tem a sua residência habitual, têm direito:

— a alojamento condigno, mediante o pagamento de uma contraprestação mensal;

— a perceber uma quantia compensatória, sob a designação de **suplemento de residência**, quando não seja possível o Estado fornecer o referido alojamento.

1.1 — O artº 9º do diploma (tendo presente a alteração de redacção mencionada), explicita os casos em que **não é conferido o direito ao suplemento**. São nulos os casos em que não é atribuído o direito a alojamento do Estado ou ao respectivo suplemento. Dada a sua importância, vejamos:

a) O militar é colocado em local situado dentro dos limites do concelho onde tem a sua residência habitual ou em local distanciado destes limites menos de 30 Km;

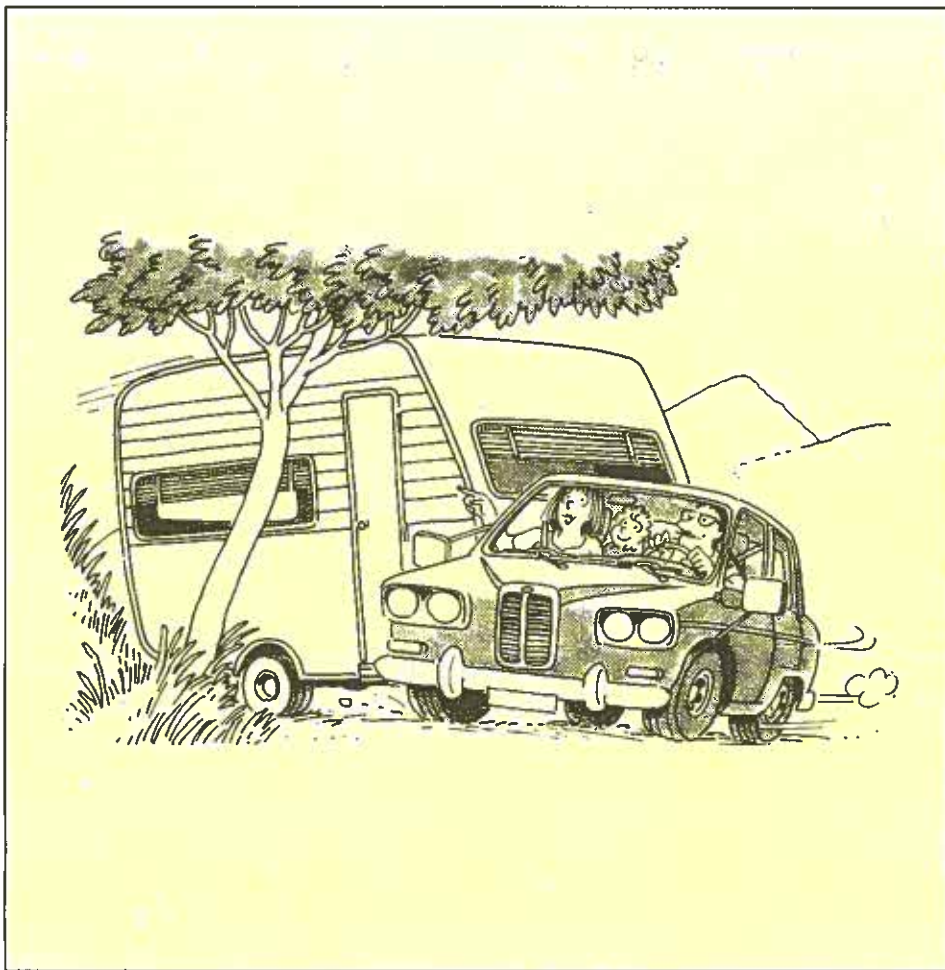
b) O cônjuge do militar, dele não separado judicialmente de pessoas e bens, usufrua de casa do Estado em localidade distanciado de menos de 30 Km do local onde este tenha sido colocado; ou no concelho em que este local se situa, ou, ainda, o suplemento de residência ou equivalente, e destes direitos não prescindir;

c) O militar ou o seu cônjuge, quando não separado judicialmente de pessoas e bens, disponha de habitação própria, digna e disponível em localidade distanciado de menos de 30 Km do local onde o primeiro foi colocado ou no concelho em que este local se situa;

d) For assegurado transporte diário por conta do Estado entre a localidade da residência habitual do militar e o local da colocação deste;

e) O afastamento do militar da sua residência habitual se ficar a dever a deslocamento em serviço pela qual perceba ajudas de custo, nos termos da legislação respectiva.

Resumindo, sempre que o militar seja colocado a mais de 30 Km dos limites do concelho em que tem a sua residência



habitual adquire, sem prejuízo das excepções do artº 9º do diploma em questão, o direito a alojamento do Estado ou, em substituição do alojamento, quando este não possa ser facultado pelo Estado, o direito ao suplemento de residência.

II

Condições práticas para a atribuição ou processamento pelos respectivos serviços do suplemento de residência: Despacho nº 64/96, de 31/7-CEMA, seu âmbito e legalidade

1 — Para dar execução ao estabelecido nos diplomas legais indicados sobre o suplemento de residência, foi emitido o Despacho nº 64/96, de 31/7 - CEMA (em alteração a outro Despacho anterior, o Despacho nº 32/95, de 10/4).

1.1 — O Despacho nº 64/96, na sua parte introdutória, "esclarece" que:

"A prática dos últimos meses demonstrou que importa clarificar que a atribuição

de alojamento por conta do Estado não pode ser cumulada com a percepção de suplemento de residência e que este se destina, na sua vertente primordial, a ocorrer aos acréscimos de encargos com uma segunda residência (...)"

Ou seja, importa sublinhar antes de avançarmos, parece estar reconhecido que os serviços cometeram irregularidades na aplicação do Dec. Lei nº 172/94, concretamente, na aplicação em simultâneo e em acumulação dos dois benefícios: atribuição de alojamento do Estado e o subsídio de residência.

Isto quando a lei, como vimos, explicitou bem o carácter subsidiário do suplemento! Se tal prática ocorreu, estava, de facto, flagrantemente em violação da letra da lei e impunha-se, se não apenas corrigi-la, como proceder à reposição do que, por via de tal prática, tenha sido indevidamente recebido.

Na verdade, que dúvidas podem restar da seguinte redacção legal?

"...quando o militar tiver direito a alojamento nos termos do artigo anterior e não seja possível fornecê-lo, tem aquele direito a perceber uma quantia compensatória, sob a designação de suplemento de residência" (artº 2º da legislação sub judice).

Sublinhe-se, portanto, que, verificando-se que o Estado não pode, na prática, fornecer o alojamento, então, e em substituição do alojamento, **nunca em acumulação**, é abonado ao militar "uma quantia compensatória, sob designação de suplemento de residência".

1.2 — Avança ainda a fundamentação preambular do referido Despacho (§3º), que o suplemento de residência se destina:

"...a ocorrer aos acréscimos de encargos com uma segunda residência. A esta conclusão chegou, igualmente, o parecer de 2 de Abril de 96, o despacho de concordância sobre o seu teor."

Não podemos deixar de registar estranheza com a informação sobre o des-

pacho de concordância do Ministro da Defesa Nacional que, em 30 de Abril de 1996 terá exarado o despacho de concordância (despacho mencionado no Despacho em questão, mas que desconhecemos).

Porém, quanto à natureza e âmbito de um despacho administrativo, sua compatibilidade com a lei que visa regulamentar, a que se reconduz a problemática que nos interessa, voltaremos adiante.

2 — Eis que chegamos ao cerne da questão. Uma outra clarificação do Despacho vem, em vez de clarificar, **innovar**, relativamente à lei onde tem o seu suporte. Na verdade, na alínea b) do intróito do Despacho é dito que:

"b) Como pressuposto de auferimento daquela parte do suplemento, releva-se, **agora**, a prova do contrato de arrendamento (ou similar) em que se baseia a despesa com outra residência (ou alojamento) no local de colocação" (sublinhados nossos).

Surge, **agora**, por via de Circular, uma nova exigência ou pressuposto para a aquisição do direito ao suplemento de residência. Surge, **agora**, um novo requisito não previsto na lei, como tal ilegal.

Estamos no âmbito da **hierarquia das leis**, onde um dos princípios basilares é o de que a regulamentação de lei se deve cingir a isso mesmo: **regulamentar e não inovar**. Qualquer alteração ao regime legal estabelecido terá de ser realizado por diploma com igual ou superior força do que se pretende alterar.

O que não é, manifestamente, o caso do Despacho aqui em questão. No caso em apreço temos que o regime legal de atribuição do suplemento de residência foi criado por Decreto-Lei.

Qualquer alteração daquele regime apenas pode ocorrer por via de outro Decreto-Lei ou diploma com força superior, que no nosso ordenamento jurídico apenas pode ser a **Lei**. (Lei em sentido amplo, ou seja, Lei da Assembleia da República).

Aliás, há já um bom exemplo facilmente identificado nesta matéria: a **alteração** ao Dec. Lei nº 172/94, de 25. 6, foi efectuada, precisamente, por outro Decreto-Lei, o Dec. Lei nº 60/95, de 7.4.

2.2 — Os **Despachos e/ou Circulares** ditos "interpretativos" não podem — estão vedados por natureza — inovar, introduzir alterações de regime. Servem apenas para orientação aos serviços em matérias complexas, com vista a uma uniformização de interpretação.

O Despacho nº 64/96 - CEMA justifica-se apenas na medida em que venha regular ou dar orientações de serviço ou, digamos, burocráticas, quanto aos **trâmites** do processamento do suplemento de residência. Nesse sentido encontram-se alguns dos seus pontos, como sejam: Parte final do artº 1º; Artº 2º, (em certa medida!); Artº 8º; Artº 9º.

Estas disposições justificam-se, na medida em que instruem os serviços quanto aos trâmites burocráticos na aplicação da lei, salvaguardando uma aplicação uniforme da mesma.

Todavia, quanto ao restante articulado do Despacho, existem disposições que vêm impôr novos requisitos ou pressupostos para aquisição do direito ao suplemento de residência, para além dos fixados na lei.

Nesta parte o Despacho nº 64/96, de 31.7 - CEMA é ilegal, pois extravasa o seu campo para entrar no legislativo, o que não lhe é permitido, por força do princípio da hierarquia das leis.

Os visados e prejudicados com tais

(continua na página seguinte)

Os Militares das FFAA

proponho um plano que denuncie o carácter temporário do acordo 21/96 e atribua positivamente o direito no que diz respeito aos Promoções, Curso e Treino, e Reorganização e Reestruturação das carreiras militares.

estas propostas, e entregue no passado dia 6 de Dezembro ao Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, brigadeiro Arnaldo Cruz, a ANS refere, a dado passo da introdução, que, tendo presente que um estatuto tem que ser um documento legislativo que obrigatoriamente transmita confiança e segurança aos agentes a que ele se destina, será de todo conveniente que tais alterações não recaiam em mecanismos estatutários sensíveis que as tornariam geradoras de instabilidade,

insegurança e desmotivação dos militares, para, em conclusão, referir que o documento/proposta como contributo, que é, não pretende ser um trabalho acabado nem, tão pouco, a nossa contribuição final para a execução de tão sensível documento, colocando-se, desde então, ao dispor do MDN para uma colaboração mais eficaz, da qual possa resultar um EM FAR mais justo e dignificador, moderno e estimulante, para que, desta forma, ganhem os militares, as FFAA e o país.

Suplemento de residência...

(continuação da página anterior)

normas podem e devem fazer valer os direitos estabelecidos na lei, no caso concreto, no Dec. Lei nº 172/94 e respectiva alteração do Dec. Lei nº 60/95.

2.3 — Na situação descrita no ponto anterior encontram-se:

— os arts 3º e 4º (artº 4º, cujos nºs 2 e 6 estão em flagrante violação da lei, e que tem maior importância nesta análise);

— os arts 5º, 6º, 10º e 11º; porquanto todo o seu conteúdo está já regulado na lei, e não se trata de matéria que possa ser tratada em despacho interno ou outro acto administrativo.

É o seguinte o teor do ponto 2 do citado artº 4º: *"Para efeitos da aquisição do direito ao suplemento de residência, cabe ao militar apresentar os documentos que, nos termos legais, provem a sua residência habitual e o contrato de arrendamento ou similar em que é parte, respeitante aos encargos contraídos com a nova residência no local de colocação"*.

Muito bem quanto à primeira parte! Se o requisito mais importante para aferição da existência do direito ao suplemento é a distância entre a residência habitual do militar e o local da sua colocação, há que ser feita a devida prova.

Porém, quanto à segunda parte, a que título surge (agora), um novo requisito que a lei não exige? A que título é que se exige *"o contrato de arrendamento ou similar (...) respeitante aos encargos com a nova residência no local da colocação"*?

a) Será forçoso que o militar possua nova residência no local de colocação?

b) Será isso que resulta da letra da lei?

c) Terá sido esse o espírito do legislador ao criar o suplemento de residência?

d) Qual a natureza de um suplemento deste tipo?

2.4 — A estas questões respondemos da seguinte forma:

A lei ao criar o direito ao suplemento de residência aos militares exigiu apenas a constatação da colocação em local distanciado mais de 30 Km do local onde este tem a sua residência habitual (salvaguardadas as excepções previstas no artº 9º do Dec. Lei nº 172/94), e desde que não lhe seja facultada residência do Estado.

Verificado este condicionamento por parte do militar é

adquirido, sem mais, o **direito subjectivo ao suplemento**.

3 — Nem se invoque, em defesa de tese contrária, o argumento de que, ao ser colocado em local que diste **mais de 30 Km** dos limites do concelho onde tem a sua residência habitual, o militar **carece sempre de arranjar nova residência na zona da colocação**!

Nem sempre isso acontece, e pelas mais diversas razões, do foro de cada qual.

Nem foi essa a previsão do legislador. Não foi, desde logo porque o próprio legislador admitiu que aquela distância podia ser feita diariamente pelo militar em transporte do Estado! Veja-se o teor da alínea d) do artº 9º do Dec. Lei nº 172/94, disposição que se manteve com a redacção do Dec. Lei nº 60/95!

Se aquela distância pode ser feita em transporte do Estado (quando o é de deixar de haver direito ao suplemento) não o poderá ser em **transporte particular do militar ou outro à sua custa**? A resposta parece óbvia.

Para aquisição do direito ao suplemento basta que se verifique o requisito da colocação em local cuja distância da residência habitual do militar é fixada na lei que dê direito ao fornecimento de alojamento condigno pelo Estado e que não seja possível ao Estado fornecê-lo (arts 1º e 2º).

Impõe-se, em consequência, a interpretação de que o direito ao suplemento de residência **visa compensar** (terminologia legal, artº 2º) o militar por desgaste acrescido decorrente da colocação fora do local onde tem estabelecida a sua vida pessoal e familiar, mas não necessária e/ou directamente cobrir despesas monetárias resultantes de nova residência.

4 — Em conclusão:

a) Para aquisição do direito ao suplemento de residência a que nos vimos referindo **basta** que se verifiquem os condicionamentos legais (arts 1º, 2º e 9º, à contrário, do Dec. Lei nº 172/94, com alteração mencionada), e não outros não previstos na lei e **agora** exigidos por Despacho.

Referimo-nos à nova exigência feita no Despacho 60/96 - CEMA quanto à necessidade de comprovativo de encargos suportados com a **nova residência**, exigência que, como ficou demonstrado, é ilegal, porque não prevista na lei.

b) Como tal, os militares

atingidos podem impugnar esta nova **"exigência"** perante a entidade autora do despacho, e exigir o processamento do **suplemento nos termos legais** (qualquer alteração/inação da lei só pode ser feita por via legislativa).

NOTA: Abstivemo-nos de trazer à colação desta análise argumentos cuja esplanção técnico-jurídica pudesse "sobrecarregar" os mais directamente interessados — os visados com o Despacho em questão. Todavia, sempre deixamos registada, a título exemplificativo, alguma jurisprudência (decisões dos tribunais) e doutrina cuja autoridade se impõe sobre a matéria subjacente — interpretação e hierarquia das leis, relação entre a lei, o regulamento e o acto administrativo:

— **Parecer da PGR** (Procuradoria-Geral da República), D.R. de 3.10.84: o nº 5 do artº 115º da Constituição da República Portuguesa opõe-se a uma interpretação autêntica de leis através de actos normativos não legislativos, ou de actos administrativos;

— **Acórdão do Tribunal Constitucional** nº 1/92, D.R. de 20.02.92: "Proíbe-se também a interpretação (ou integração) autêntica da lei através de actos administrativos (ex.: despachos normativos), os quais, portanto, só podem ter eficácia interna, em relação aos próprios serviços administrativos", e "...a doutrina mais representativa vinha defendendo que a impossibilidade, em geral, (...) de os regulamentos realizarem uma interpretação autêntica das normas legislativas. Já então se entendia que a Administração não podia vincular os tribunais ao sentido que pretendesse dever ser dado a normas editadas pelo legislador, ...";

— **Parecer da PGR** nº 5/93, D.R. de 28.01.95, sobre remunerações acessórias, direitos adquiridos, princípio da confiança;

— **Acórdão do Tribunal Constitucional** nº 869/96, D.R. de 03.09.96: "...Nenhuma lei pode criar outras categorias de actos legislativos ou conferir a actos de outra natureza o poder de, com eficácia externa, interpretar, integrar, modificar, suspender ou revogar qualquer dos seus preceitos." (Por maioria de razão, se nem a lei o pode, muito menos o poderá um mero despacho interno, como o Despacho nº 64/96-CEMA).

Segurança comprometida

A ANS teve conhecimento que estão funcionários de empresas civis a fazer manutenção a aeronaves militares que, para além de não terem inspectores de manutenção, o que pode colocar em causa a segurança de voo, têm muito melhores condições que o pessoal militar que faz as mesmas acções de manutenção.

Esta situação tem causado algum mal-estar junto dos nossos camaradas, pois vêem com desagrado que pessoas que trabalham das nove às cinco, que não fazem serões para aprontar as aeronaves, que não participam em missões, que não fazem serviço de escala, recebam substancialmente mais que eles para desempenharem o mesmo serviço.

É tanto mais grave pelo facto de que as equipas de manu-

tenção civis não têm inspectores de manutenção que certifiquem as acções de manutenção, o que tem conduzido a que os nossos camaradas com a qualificação de Inspector de Manutenção sejam coagidos a assinar os certificados de inspecção sem terem assistido às acções de manutenção que certificam, pondo em causa a segurança de voo.

É de salientar que nunca foi posta em causa a competência profissional das equipas civis mas sim a falta de inspectores.

Situações destas são de evitar pelo potencial desmoralizante que comportam e pelos riscos que trazem à organização, pois uma manutenção eficaz e segura não se compadece com a desmotivação que estas situações comportam.

Amianto na Base Aérea nº 11

O cumprimento da missão não deve ser efectuado à custa da vida dos militares e famílias

O revestimento a amianto dos hangares de manutenção da Base Aérea nº 11, em Beja, está a pôr em causa a saúde dos militares e das suas famílias, devido ao elevado potencial cancerígeno das suas fibras, que em alguns casos excedem os valores máximos permitidos por lei.

Medições efectuadas no local pelo Instituto Ricardo Jorge, permitem concluir que a saúde pública está em causa na BA 11, pois em dois dos hangares foram excedidos os valores máximos permitidos por lei para as fibras de amianto em suspensão no ar. E, até num hangar no qual já se procedeu à remoção do amianto, a sua reocupação não é aconselhada, porque a remoção foi mal feita.

É inconcebível que se continue a exigir que se trabalhe em condições de risco de contrair cancro e que não se respeitem as normas aplicáveis

em situação desta natureza, nomeadamente a que determina que o tratamento da roupa usada no local de trabalho deve ser da responsabilidade da entidade empregadora, cujo não cumprimento implica que os riscos de contaminação por amianto sejam levados para casa e estendidos às famílias dos militares.

É urgente que se abandonem todos os locais de trabalho que não reúnem as condições mínimas de segurança, pois não se pode colocar, de forma que consideramos leviana, em causa a vida das pessoas.

A Associação Nacional de Sargentos está a desenvolver todas as acções ao seu alcance para que, até ser feita a remoção do amianto, se deixe de trabalhar em ambientes contaminados.

Obituario

Jacinto Saraiva Nunes

Vítima de doença prolongada, faleceu o SAJU CM na situação de reforma, Jacinto Saraiva Nunes, sócio nº 323 da Asso-

ciação Nacional de Sargentos. A viúva e restantes familiares, a ANS expressa as suas mais sentidas condolências.

ALOJAMENTO PARTICULAR DE ELVIRA VAZ

PARA FÉRIAS OU FINS DE SEMANA

A dois passos das Termas da Felgueira, Alcafache e São Gemil, a 20 Km da Serra da Estrela e de Viseu

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DA ANS

Contacte-nos pelos telefones:
(032) 949211 ou (01) 7787736, ou pelo Fax (032) 949777
Rua D. Afonso Henriques, 84-86 3520 NELAS



Cartas dos LEITORES

"Parece mentira... mas é verdade"

Camarada Alfredo M. Correia

"Eu, SAJ/MQ António Sobreiro, como sargento da guarnição do N.R.P. Vasco da Gama, acho que devo corrigir uma informação que lhe foi comunicada por alguém, e que foi publicada no jornal "O Sargento" nº 26, a qual não está correcta. "O memorandum em referência não é um memorandum de uso de licença diária para sargentos, porque licença diária compreende-se a licença que é concedida entre as 16.30 desse dia até às 08.45 do dia seguinte, incluindo Sábados, Domingos e Feriados.

"Este memorandum, tem como objectivo, segundo o comando do navio, possibilitar ao oficial/sargento de dia o conhecimento da previsibilidade de uma ausência perfeitamente justificada de um sargento, para um período de um meio dia ou de um dia, sendo preenchido e entregue ao chefe de serviço pelo sargento interessado.

"O chefe de serviço por sua vez assina este memorandum e entrega-o ao oficial de serviço.

"Esta é a verdade dos factos, se me perguntarem se estou ou não de acordo com este sistema, terei todo o gosto em manifestar a minha opinião.

"Os meus melhores cumprimentos.

(assinado)
"N.R.P. Vasco da Gama, 31 de Outubro de 1996"

Nota da Redacção

A redacção de "O Sargento", ao tomar conhecimento desta carta procurou interessar-se da veracidade do transcrito no nº 26 do nosso jornal (Set./96) sob o título "Parece mentira... mas é verdade". Dos passos dados nesse sentido podemos concluir:

1. O MEMORANDUM gerador desta querela só foi oficializado em 4Nov. p.p. através da ordem de dia ao navio nº 25/96, sendo por tal motivo, até então, um impresso "fantasma" a que só alguns elementos da guarnição estavam sujeitos.

2. O conteúdo da carta com o título "Parece mentira... mas é verdade" mereceu o apoio generalizado da câmara de Sargentos do NRP Vasco da Gama.

Para além destas conclusões, parece-nos importante lembrar que, sendo o objectivo primeiro do jornal "O Sargento" pugnar pela Dignidade da classe de Sargentos e, disso temos feito, ao longo da nossa existência, ponto de Honra, que sem que nada o justifique se implemente um impresso deste tipo, a não ser que nos olhem como irresponsáveis, como militares sem brio profissional, capazes (utilizando a linguagem naval) de "dar o salto".

Esta nota de redacção não tem como finalidade de cruxificar o camarada Sobreiro, ape-

sar da sua carta tentar branquear a atitude do criador do MEMORANDUM, até porque dos passos que demos na procura da verdade, termos concluído que o verdadeiro responsável pela carta é o autor do indigno MEMORANDUM, aliás bem ao nível do brilhante pensamento "...as comissões de Bem-Estar só se justificam se o comando não resolver os problemas da sua guarnição, se exercer um mau comando...".

Não será, hoje, legítimo perguntar que contributo para a operacionalidade do navio veio trazer este MEMORANDUM?

Ou, antes pelo contrário, foi mais um factor gerador de problemas no relacionamento da câmara de Sargentos com o comando do navio?

Sendo o eficaz cumprimento das missões atribuídas resultante, entre outros aspectos, da coesão e do espírito de equipa da guarnição, não terá tido efeitos perversos a implementação do MEMORANDUM?

O respeito que a Armada nos merece e que a todos deve merecer, impõe que nos fiquemos por aqui e que este problema — vamos considerá-lo incidente de percurso — não se transforme em ping-pong. Confiamos no bom senso e no diálogo, apanágio dos bons marinheiros.

A Redacção

Direitos universais

Pretendo, como associado da Associação Nacional de Sargentos, continuar a dar a minha modesta contribuição para a redacção de "O Sargento", de forma a que os assuntos focados no mesmo tenham uma maior abrangência na área dos direitos e valores universais, tidos, no meu modesto entender, como o direito que os povos têm à sua autodeterminação, independência e cultura, sem as quais esses mesmos povos continuarão a ser oprimidos, resultando dessas situações injustas, fome, miséria e guerra, em que os militares e a população em geral são os que sofrem mais com essas situações, para as quais são empurradas pelos opressores na sua ambição de poder, e que os oprimidos, por sua vez, respondem com todo o direito, como podem e sabem.

Sobre esta matéria haveria muito que dizer e refletir. Da minha parte tenciono fazê-lo através de poemas que tenciono enviar para "O Sargento". Espero que a Redacção tenha

em conta que não são só os direitos e deveres dos militares que devem ser falados no jornal, pois a realidade, no que toca à Dignidade, é atroz e monstruosa, como sabem, e penso que, perante isso, não nos devemos acomodar e calar essas injustiças.

Junto envio um poema para ser publicado no nosso jornal, assim a Redacção o entenda.

Paivas, 30 de Novembro de 1996

Artur Custódio da Silva

À Sociedade de Consumo

Ah sociedade, hipócrita, vil e desleal

Que em teu ventre, albergas tantos males, vícios e doenças
Que da calúnia, miséria, guerra e fome te alimentas

Não vencerás a Paz, o Amor, a Felicidade

Por maior que sejam os teus ódios, terrores e "tormentas"

Só existirás enquanto houver ignorância, egoísmo, vingança
Falsidades, loucuras que causam desavenças.

"Urgem medidas que resolvam os problemas"

Com este título chegou à nossa Redacção um comunicado da Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM), que a seguir transcrevemos.

Ao longo da caminhada que temos vindo a fazer, com inteira lealdade e frontalidade, alertámos para problemas e apresentámos propostas.

A atitude de quem tem poder foi ignorar-nos e prosseguir um caminho de acrescidas atropelações e embaraços.

Há postos nos Militarizados equiparados a Sargento, mas o decreto que saiu para os sargentos não nos é aplicado, causando-nos elevados prejuízos.

Os ajudantes do Troço-de-Mar não têm qualquer perspectiva de progressão na carreira, encontrando-se alguns há 12 anos no mesmo posto e ninguém toma medidas.

Continua a verificar-se a aplicação de castigos — como seja o de permanecer na Unidade no dia de folga —, sem respeito pelas normas legais.

Permanece esta coisa do "Mi-

litarizado" para a qual há cada vez menos justificação objectiva, a não ser a ligada a questões de dinheiro, já que muitas horas extraordinárias nos teriam de ser pagas, para já não falar de determinados subsídios.

A DGM parece querer mais 200 Polícias Marítimos, mas o MAI anuncia 3 milhões de contos para a Brigada Fiscal da G N R. Uns querem lanchas, outros querem homens e no meio anda o "mexilhão". A paciência esgota-se, o Sistema de Autoridade Marítima degrada-se, os prejuízos para o pessoal aumentam, o país perde.

AANMM apela a todos os Militarizados para que, tendo em conta os problemas concretos dos seus grupos, desenvolvam as iniciativas que considerem adequadas à defesa dos seus interesses.

AANMM irá, brevemente, dar conta à Comissão de Defesa, de forma frontal e transparente, da situação existente, esperando que daí resultem medidas objectivas e adequadas à resolução dos problemas.

CSAero tem novos corpos gerentes

Foram eleitos em 14 de Dezembro último os novos Corpos Sociais do Clube de Sargentos de Aeronáutica (CSAero), que tomam posse em 11 de Janeiro, fazendo de seguida a apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e do Orçamento para 1997.

A composição dos novos corpos sociais é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral — presidente: Fernando António da Fonseca Casimiro, vice-presidente: António José Pereira da Mata, secretários: Carlos

Sousa da Silva Nuno e Duarte Nuno dos Santos Tomás.

Conselho Fiscal — presidente: Luis Filipe J. Martins Coelho, vice-presidente: José Mação Ferreira Parente, relator: Manuel Montez Cordeiro Citério.

Direcção — presidente: Manuel Pereira Soares, vice-presidente: Victor Manuel F. Ribas de Lira, secretário: José Miguel F. P. Gonzalez, tesoureiro: José Jerónimo Paulino Carrapita, vogais: Jaime Catarino A. Cruz, Henrique Nunes Ferreira e Emílio Eugénio Avelar Reis.

Varanda para a vida

O Nevoeiro

A varanda onde nos sentamos, virtual que é, tem a propriedade de se transmitir. Além de acontecerem das coisas mais vulgares às mais insólitas, também umas vezes dá para a rua aqui em frente, de outras dá para onde nós queremos.

O ti'Polcarpo, que adquiriu o estatuto de residente nesta varanda, hoje trouxe o pequeno volume da "Mensagem", editado por um vespertino. Vinha todo contente, pois gastou "cem mil reis" para obter tão bela obra. Leu-o de fio a pavio e isso despertou-lhe a veia de marinheiro. Fala da baralhação que vai pelo país, do desnorte com que segue, qual navio cujo

timoneiro tivesse perdido de mão o respectivo timão. E aí está o ti'Polcarpo, diligente vigia, plantado nas asas da ponte, prescutando o horizonte em busca de soluções para se encontrar o rumo perdido. Além procura o rumo para acabar com o desemprego, mais acolá para evitar a ruína da agricultura, das pescas e indústria. No outro bordo, dito de bom, procura o fim do flagelo da droga.

Anda desinquieto de um lado para o outro, até que sossega e pergunta-me: "Quando é que o Pessoa escreveu isto?" Respondi que no princípio do século. Calou-se, aquietou, ficou meditando e voltou a dizer: "Vamos convidar o Pessoa

para a nossa varanda. Pedir-lhe-emos para nos ler um poema da 'Mensagem'". E, se bem o pensou, melhor o fez. E o Pessoa que, lá onde estava, tinha observado o ti'Polcarpo, pediu-lhe o pequeno volume, desfolhou e leu o último dos Tempos do Encoberto:

Nevoeiro

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,

Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer -
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fátuo
encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma

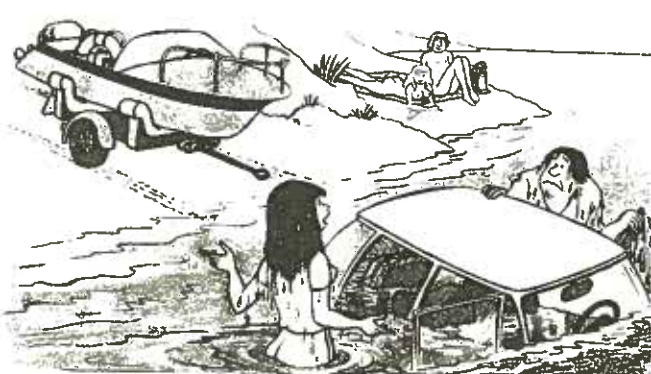
tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.

(Que ânsia distante perto
chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a hora!
Dito, o Pessoa foi-se como veio. O ti'Polcarpo voltou às suas congeminações. E eu fiquei agradecido a ambos, por nos sacudirem com este poema, qual vaga alterosa.

É a hora!

David' Pereira



— Estou com uma leve impressão de que entrámos ao contrário...

Orçamento para 1997

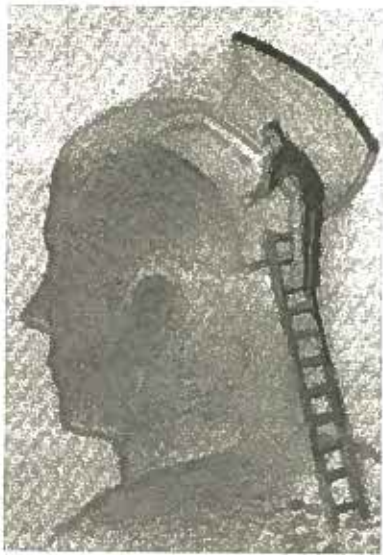
O Parlamento Europeu votou, em primeira leitura, um Projecto de Orçamento da Comunidade para 1997, que se traduz pelo rigor e austeridade, "mas sem pôr em causa a materialização das políticas comunitárias que os deputados consideram prioritárias".

Subsistem problemas entre o PE e o Conselho quanto à concretização

das prioridades políticas da UE e quanto à evolução das despesas comunitárias.

Os montantes ascenderam a 89.187 mecu, em despesas para autorizações, e a 82.515 mecu em despesas para pagamentos.

Políticas prioritárias não devem ser prejudicadas pela austeridade.



BOAS FEITAS



A Direcção da Associação Nacional de Sargentos deseja a todos os sócios, assinantes de "o Sargento" e entidades que recebem o nosso jornal, bem como às famílias, um Feliz Natal e um Ano Novo com Paz, Progresso e Justiça Social.

Boas intenções

Crescimento, emprego e preparação da chegada do "EURO", são as prioridades da Comissão para o próximo ano, afirmou Jacques Santer ao apresentar o Programa de trabalho da Comissão para 1997.

A reacção dos deputados do PE foi moderada: as palavras dos responsáveis políticos europeus, nomeadamente sobre o emprego, têm-se seguido umas às outras, mas as consequências têm primado pela ausência de práticas.

A maior parte dos deputados, embora apreciando as intenções, prefere esperar para ver e crer, como São Tomé.

Ásia lidera compra de armas

Mais de 1.131 milhões de contos de armamento foram comprados pelos países da Ásia Oriental em 1995, contra 961 milhões no ano anterior, conclui o relatório anual do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos.

O aumento das compras de armamento da Índia, Paquistão, China, Taiwan, Coreia do Sul, Tailândia e Vietname fizeram com que a região asiática ultrapassasse pela primeira vez o conjunto dos países da NATO e da Europa ocidental, onde as compras recuaram para 6.500 milhões de dólares (cerca de 1.007 milhões de contos) depois de 7.400 milhões de dólares em 1994.

As vendas mundiais cresceram 15 por cento no ano de 1995 para 30.200 milhões de dólares.

O relatório salienta que apesar da progressão, o total é o segundo nível mais baixo desde 1987, quando a rivalidade provocada pela Guerra Fria originou um total de venda de 78.600 milhões de dólares.

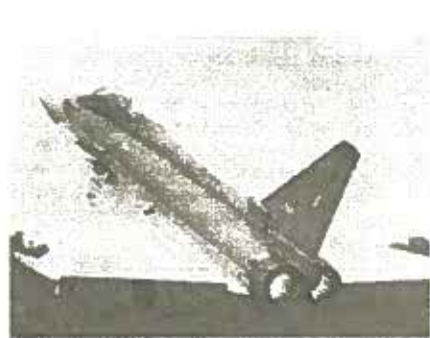
As vendas de armamento russo não ultrapassam hoje os 5 a 6 por cento do mercado mundial. Os EUA, pelo contrário, venderam 13.300 milhões de dólares.

Eurofighter

A grande vedeta do Festival de Farnborough, na Grã-Bretanha, foi o caça de produção europeia "Eurofighter" (EF 2000), fruto de um consórcio entre a Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha.

Tem sido muito apreciada a sua "performance", pela forma como se adapta a diversificadas missões, em particular de grande eficácia no ataque ao solo.

A recente comparação com aviões construídos nos EUA e na Rússia confere-se superioridade em quase todos os campos, com destaque para as múltiplas missões que pode executar.



OCCAR para harmonizar

Foi criada em Estrasburgo, com assinatura de protocolo, somente pela Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha, uma Organização de Cooperação Conjunta para o Armamento.

A OCCAR destina-se a "harmonizar" a programação do armamento destes países e a favorecer o mercado europeu na compra de equipamento e armamento militar.

Uma declaração anexa ao Tratado de Maastricht já previa a criação desta OCCAR.



Entretanto, em Portugal, já foi criada a Comissão de Reorganização das Activi-

dades Industriais de Defesa (CRACID), assim como, a Empresa Portuguesa de Defesa (EMPORDEF), a "holding" que passará a administrar grande parte daquilo a que vamos chamar, para simplificar, o complexo industrial-militar nacional.

Neste quadro, os trabalhadores dos EFFA'S manifestam apreensão quanto ao futuro, mas o ministro da Defesa já garantiu que não irão haver despedimentos.

Vigilância pesqueira

As águas portuguesas serão vigiadas por aviões CASA-212 da Força Aérea

Os Apaches são fornecidos pela empresa espanhola Construciones Aeronáuticas e a Comunidade Europeia financiou o projecto em cerca de 50 por cento. Os aviões custam 3,6 milhões de contos e passaram por um processo de selecção em que participaram fabricantes alemães e brasileiros.

O fim próximo dos aviões A7

Quando da reunião semestral dos CEM das Forças Armadas europeias, realizada em Londres, o general CEMFA Aleixo Corbal, falou nas vantagens em substituir os A7 por aviões F16, sublinhando, no entanto, que qualquer decisão nesta matéria é da responsabilidade do governo português.

Os A7 da F.A. estão a terminar o seu tempo operacional previsto para uma plena segurança de voo.

Esta reunião em Londres analisou, detalhadamente, numa perspectiva técnico-militar, o emprego de poder aéreo na Bósnia e no Iraque.

Prémio Nobel da Paz



"Com o sentir de que, para lá do reconhecimento do trabalho árduo de dois homens que acreditam que a justiça há-de triunfar, este Prémio significa o reconhecimento público da heróica luta de todo um povo que continua a resistir a um opressor infinitamente superior, sem contar com qualquer ajuda que não seja a sua capacidade de sofrer pela sua identidade. E com a convicção, cada vez mais arreigada, de que essa luta não será inútil."

in Tribuna da Europa

Interesse público

O Exército construiu a estrada de Escampadinho até ao limite do município de Monchique. A via tem no total 11 quilómetros e serve uma zona serrana.

Um milhão nos explosivos

O Grupo Mello está a investir um milhão de contos na Sociedade de Explosivos Cívicos (SEC), presidida por Filipe Themudo Barata. A empresa, instalada em Aljustrel, produz anfo e tem o "know-how" da norte-americana Austin Powder.